



Calvin

- E S T A T U T O S -

- D A -

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL " CONJUNTO DRAMÁTICO

- 26 DE JANEIRO -

CAPITULO.I

- NOME, SEDE E FINS -

ARTº.1º. Em 16 de Janeiro de 1934, na Rua de Requezende nº.194, da freguesia de Ramalde, da cidade do Porto, foi fundada uma associação recreativa e cultural ao abrigo da Lei de 14 de Fevereiro de 1907, com o nome de " CONJUNTO DRAMÁTICO 26 DE JANEIRO ", que passa a reger-se pelos seguintes estatutos:

ARTº.2º- TEM POR FINS : _ _ _ _ _

- 1º. Proporcionar nas instalações apropriadas da sua sede um local de convivência ; _ _ _ _ _
- 2º. Realizar diversos entretenimentos, tais como leitura de jornais, récitas, jogos lícitos, bailes e festas ; _ _ _ _ _
- 3º. Promover passeios e excursões ; _ _ _ _ _
- 4º. Promover o desenvolvimento da cultura através da organização de uma biblioteca, da realização de conferências, palestras e exposições, de visitas a monumentos e outros elementos de ordem cultural . _ _ _ _ _

§.ÚNICO. A associação é completamente alheia a

assuntos políticos ou religiosos. Fica portanto,
vedado aos associados tanto colectiva como indivi-
dualmente, apreciar tais matérias nas instalações
da associação . _ _ _ _ _

ARTº.3º. As actividades da associação restringem-se
aos associados e ás pessoas de familia que com
eles convivam no mesmo lar e habitação . _ _ _ _ _

CAPITULO II

- CATEGORIAS DE ASSOCIADOS E SUA ADMISSÃO -

ARTº.4º. Haverá apenas três categorias de associados :

- a) -EFFECTIVOS:- As pessoas maiores de 18 anos, que
gozando de boa reputação e idoneidade moral,
como tal forem admitidas pela Direcção ; _ _ _
- b) -BENEMÉRITOS:- Os que tenham contribuído para a
associação com importantes donativos em dinheiro
ou outros valores ; _ _ _ _ _
- c) -HONORÁRIOS:- Os que hajam prestado á associação
altos e excepcionais serviços. _ _ _ _ _

§.ÚNICO. A admissão dos efectivos e beneméritos compe-
te á Direcção e a dos honorários á assembleia
geral . _ _ _ _ _

ARTº.5º. Os efectivos serão admitidos mediante proposta
assinada por dois associados que se encontrem na
plenitude dos seus direitos . _ _ _ _ _

§.ÚNICO. As propostas estarão afixadas na sede durante

2

oito dias antes de serem apreciadas, para que os associados as possam conhecer e prestem quaisquer informações que possam ser levadas em conta na admissão ou rejeição do proposto . _ _ _ _ _

CAPITULO III

- DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS -

ARTº.6º. SÃO DIREITOS DOS ASSOCIADOS EFFECTIVOS :

- 1º. Tomar parte nas assembleias gerais ; _ _ _ _ _
- 2º Ser eleito para os corpos gerentes ; _ _ _ _ _
- 3º. Requerer, conjuntamente com um mínimo de quinze associados, a convocação de sessões extraordinárias da assembleia geral com indicação rigorosa e pormenorizada dos assuntos a tratar. A sessão só poderá ter lugar se estiver presente a maioria dos requerentes ; _ _ _ _ _
- 4º. Recorrer dos actos dos corpos gerentes para a assembleia geral ; _ _ _ _ _
- 5º. Frequentar e participar nas diversões, entretenimentos, passeios e demais actividades destinadas aos associados ; _ _ _ _ _
- 6º. Frequentar a sede nas horas regulamentares ;
- 7º. Examinar os livros e documentos ; _ _ _ _ _
- 8º. Propor a admissão de novos associados ; _ _ _
- 9º. Receber um exemplar dos estatutos e regulamentos

embora mediante o pagamento do seu custo aproxi-



mado ; - - - - -

10º. Usar o " cartão de identidade ", mediante o
pagamento do seu custo aproximado : - - - - -

ARTº. 7º. SÃO DIREITOS DOS ASSOCIADOS BENEMERITOS E
HONORÁRIOS , os constantes do artigo anterior,

com excepção do direito de votar em assembleia
geral e do de ser eleito para cargos dos corpos
gerentes . - - - - -

ARTº. 8º. SÃO DEVERES DOS ASSOCIADOS EFFECTIVOS :

- 1º. Pagar pontualmente as joias, cotas, estatutos,
regulamentos e cartões de identidade ; - - - - -
- 2º. Aceitar e exercer com zelo, honestidade e
gratuitamente os cargos pertencentes aos
corpos gerentes estabelecidos nestes estatutos
salvo em casos especiais devidamente considerados
pela assembleia geral ou na hipótese de reelei-
ção para os corpos gerentes ; - - - - -
- 3º. Contribuir por todas as formas para o prestígio
e engrandecimento da associação, nada fazendo em
seu desprestígio e tudo promovendo para que os
fins estatutários sejam atingidos pela melhor
forma ; - - - - -
- 4º. Observar os estatutos bem como os regulamentos,
mas estes apenas quando não contrariem aqueles
ou não ultrapassem o seu âmbito ; - - - - -



3

- 5º. Tratar cortez e delicadamente todos os demais associados e suas famílias e, especialmente, os membros dos corpos gerentes ; _ _ _ _ _
- 6º. Cumprir as deliberações legalmente tomadas pelos corpos gerentes, salvo sempre o recurso para a assembleia geral e tribunais ; _ _ _ _ _
- 7º. Tomar parte nas assembleias gerais ; _ _ _ _ _
- 8º. Participar a Direcção que deixa de ser associado, quando assim o desejar ; _ _ _ _ _
- 9º. Ter bom comportamento moral e civil ; _ _ _ _ _
- 10º. Não causar intencionalmente prejuízo ou dano á associação e repará-lo sempre que ele exista;
- 11º. Abster-se de tratar ou apreciar nas instalações da associação de qualquer assunto de natureza política ou religiosa e, de uma maneira geral, de matérias estranhas aos fins da associação . _ _ _ _ _

ARTIGO 9º. SÃO DEVERES DOS ASSOCIADOS BENEMÉRITOS E HONORÁRIOS , contribuir para o prestígio e engrandecimento da associação, nada fazendo em seu desprestígio e tudo promovendo para que os fins estatutários sejam atingidos pela melhor forma . _ _ _ _ _

CAPITULO IV

PENAS DISCIPLINARES

ARTIGO 10º. SÃO APLICADAS AOS ASSOCIADOS AS SEGUINTE

PENAS DISCIPLINARES : _ _ _ _ _

a)- Repreensão verbal ou por escrito ;- _ _ _ _

b)- Suspensão até 180 dias ;_ _ _ _ _

c)- Demissão . _ _ _ _ _

ARTIGO 11º. Constitui infracção disciplinar a violação de qualquer dos deveres estabelecidos nos artigos 8º e 9º bem assim qualquer acto ou omissão ofensivo da honra e dignidade ou que a moral condene, quer respeite a vida associativa quer a vida particular . _ _ _ _ _

ARTIGO 12º. As penas serão aplicadas segundo a gravidade das faltas cometidas . _ _ _ _

§.ÚNICO-. A responsabilidade disciplinar é independente da civil e da criminal . _ _ _

ARTIGO 13º. Nenhuma pena será aplicada, excepto a de repreensão, sem a organização de um processo disciplinar em que o arguido seja ouvido por escrito durante o prazo que lhe for marcado para o consultar, prazo que nunca poderá ser inferior a três dias, depois de lhe haver sido entregue a nota de culpa, com pormenorizada concretização das faltas . _ _ _ _ _

4

ARTIGO 14º. A aplicação das penas compete à Direcção com recurso para a assembleia geral interposto no prazo de um mês. A interposição do recurso, porém, não suspende os efeitos da pena aplicada . - - - - -

CAPÍTULO V
CORPOS GERENTES

SECÇÃO A)- DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 15º. OS CORPOS GERENTES SÃO :

- a)- Direcção ; - - - - -
- b)- Conselho Fiscal ; - - - - -
- c)- Mesa da assembleia geral . - - - - -

ARTIGO. 16º. A Direcção é constituída por sete membros um dos quais será o presidente, outro o secretário e outro o tesoureiro. - - - - -

ARTIGO. 17º. O Conselho Fiscal é composto por três membros, um dos quais será o presidente .

ARTIGO 18º. A mesa da assembleia geral é constituída por três membros, ou seja, um presidente, um primeiro e um segundo secretário . - - - - -

ARTIGO. 19º. O mandato dos corpos gerentes é de um ano, correspondente ao ano civil . - - - - -

ARTIGO 20º. A eleição dos corpos gerentes realizar-se-á na sessão ordinária da assembleia geral da 1ª quinzena do mês de Dezembro do



ano anterior àquele em que se inicie o mandato.
No caso de demissão dos corpos gerentes ou
de eleição para preenchimento de vagas, o
mandato durará apenas pelo tempo que faltar
até ao fim do seu período normal. - - - - -

ARTIGO 21º. A eleição far-se-á sempre por escrutínio
secreto e por meio de listas completas, con-
tendo os nomes e os cargos, salvo quando res-
peite a eleições parciais caso em que só
conterão os nomes necessários para preencher
os cargos vagos. Juntamente com os efectivos
será eleito igual número de substitutos para
servirem nas faltas e impedimentos daqueles.
As listas terão a forma rectangular de 0,18^m
X 0,16^m e podem ser manuscritas, dactilogra-
fadas ou impressas em papel branco e sem
marca ou sinal exterior. - - - - -

§.ÚNICO. Na realização do acto eleitoral observar-
se-ão as disposições legais aplicáveis às elei-
ções das juntas de freguesia naquilo que não
conste destes estatutos. - - - - -

ARTIGO 22º. Só podem votar os associados efectivos
que se encontrem no gozo dos seus direitos e
tenham as cotas em dia. - - - - -

ARTIGO 23º. Os corpos gerentes tomam posse no dia



5
201

X

um de Janeiro do ano para que foram eleitos .
Tratando-se de eleição extraordinária, tomam
posse no prazo de três dias a contar do acto
eleitoral

§.ÚNICO.No momento da posse tomarão conta de todos
os livros e valores da associação, não lhes
cabendo qualquer responsabilidade pelos actos
anteriores

ARTIGO 24º.Os cargos nos corpos gerentes não são
acumuláveis e nenhum dos seus membros pode
escusar-se de votar nos assuntos submetidos
a deliberação

SECÇÃO B)- DIRECÇÃO .

ARTIGO 25º.- COMPETE À DIRECÇÃO :

- 1º. Dirigir e administrar com zelo e economia a
associação, na prossecução dos fins mencionados
no artigo 2º, dos quais não poderá afastar-se
em circunstância alguma ;
- 2º. Aprovar os orçamentos por que há-de reger-se
a vida financeira da associação ;
- 3º. Admitir os associados efectivos e beneméritos;
- 4º. Aplicar penas disciplinares de conformidade
com o capítulo quarto ;
- 5º. Representar a associação em juízo ou fora dele ;
- 6º. Elaborar o relatório e as contas de gerencia

a fim de sobre eles emitir parecer o Conselho
Fiscal e serem submetidos ao julgamento da assem-
bleia geral ; _ _ _ _ _

7º. Promover a convocação de sessões extraordiná-
rias da assembleia geral pelo presidente da res-
pectiva mesa ou convocá-las directamente quando
as considerar necessárias e urgentes . _ _ _ _ _

8º. Preparar Regulamentos internos para serem sub-
metidos a assembleia geral ; _ _ _ _ _

9º. Reunir ordinariamente em dias fixados no início
do mandato ou posteriormente alterados e anuncia-
dos ; _ _ _ _ _

10º. Contratar e demitir empregados, fixando-lhe a
remuneração e o regime de trabalho ; _ _ _ _ _

11º Manter em dia o livro de registo dos associados
e passar-lhes os cartões de identidade ; _ _ _ _ _

12º. Assegurar a ordem e o cumprimento dos estatutos
e regulamentos legalmente aprovados ; _ _ _ _ _

13º. Lavrar no livro próprio as actas das reuniões
sempre em dia e ter devidamente escriturados os
livros de contas, de património e outros existentes;

14º. A responsabilidade pelos maus actos de adminis-
tração que pratique ; _ _ _ _ _

15º. Cobrar as receitas e mandar pagar as despesas,
depositando sempre na Caixa Geral de Depósitos



6

o saldo corrente. _ _ _ _ _

ARTIGO 26º. COMPETE AO PRESIDENTE DA DIRECÇÃO :

- 1º. Dirigir os trabalhos das reuniões e dar cumprimento às deliberações tomadas; _ _ _ _ _
- 2º. Representar a Direcção ; _ _ _ _ _
- 3º. Assinar com todos os membros presentes as respectivas actas ; _ _ _ _ _
- 4º. Assinar com o tesoureiro, todos os documentos de despesa. _ _ _ _ _

ARTIGO. 27º. Compete aos secretários lavrar as actas e preparar todo o expediente da Direcção e demais escrita da associação que não incumba a outra entidade . _ _ _ _ _

- SECÇÃO C) - CONSELHO FISCAL -

ARTIGO 28º. COMPETE AO CONSELHO FISCAL :

- 1º. Fiscalizar todos os actos da Direcção ; _ _ _ _
- 2º. Examinar a escrituração e propor ao presidente da Mesa da assembleia geral a convocação desta sempre que a julgue necessária, ou convocá-la directamente quando a considerar necessária e urgente ; _ _ _ _ _
- 3º. Dar parecer sobre o relatório e contas de gerência da associação, para conjuntamente ser apresentado à assembleia geral e sobre quaisquer assuntos respeitantes à associação ;

42. Lavrar actas das suas reuniões . - - - - -

ARTIGO 29º. O Conselho Fiscal terá reuniões ordinárias trimestrais e as extraordinárias que o seu presidente convocar . - - - - -

SECÇÃO D) - ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO. 30º. A assembleia geral é constituída pelos associados efectivos e nela reside o poder supremo da associação . - - - - -

ARTIGO. 31º. Tem sessões ordinárias e extraordinárias .

§. 1º. As sessões ordinárias realizam-se nas primeiras quinzenas de Fevereiro e de Dezembro .
Nelas podem ser tratados quaisquer assuntos estatutários. Porém, na de Fevereiro proceder-se-á obrigatoriamente ao julgamento das contas da Direcção pela gerência do ano anterior, que serão acompanhadas do respectivo relatório e bem assim do parecer emitido sobre esses documentos pelo Conselho Fiscal. Na de Dezembro proceder-se-á necessariamente à eleição dos corpos gerentes para o ano seguinte . - - - - -

§. 2º. As sessões extraordinárias tem lugar sempre que haja assuntos de especial interesse a tratar ou quando qualquer assunto pela sua urgência não convenha aguardar á realização das sessões ordinárias . - - - - -



my
7
20/11/34

(X)

Nas sessões extraordinárias apenas podem ser apreciados ou tratados os assuntos que expressamente e com todo o rigor e pormenor constam dos avisos convocatórios sob pena de serem consideradas nulas e de nenhum efeito, isto é, afectas de nulidade absoluta

ARTIGO. 32º. As sessões são convocadas pelo presidente da Mesa. No caso de demissão ou prolongada ausência deste, pelo primeiro secretário e, seguidamente nas mesmas circunstâncias, pelo segundo secretário. A Direcção e o Conselho Fiscal poderão também convocá-las em conformidade com os artºs. 25º nº. 7º e 28º nº. 2º

X §. ÚNICO. As convocações são feitas por aviso afixado na sede e enviado directamente a todos os associados efectivos com ^{oito}(cinco) dias pelo menos de antecedência (ou publicados em dois jornais locais se os houver).

ARTIGO . 33º. A assembleia geral só poderá funcionar em primeira convocação com a presença da maioria dos associados efectivos. Em segunda convocação pode funcionar com qualquer número . As deliberações que envolvam alterações dos estatutos carecem da aprovação da maioria dos associados

ARTIGO.34º.Na falta de qualquer dos membros efectivos da Mesa,exercerão funções os substitutos e na falta destes,a assembleia geral designará as pessoas que ocuparão os seus lugares. _ _ _

ARTIGO 35º. COMPETE À ASSEMBLEIA GERAL :

1º.Eleger anualmente os corpos gerentes e demitir-los ; _ _ _ _ _

2º.Julgar o relatório e as contas de gerência da Direcção e apreciar o parecer que sobre esses documentos tenha emitido o Conselho Fiscal ; _ _ _ _ _

3º. Aprovar as alterações dos estatutos, que todavia,só terão validade depois de sancionados pelo Governo Civil ; _ _ _ _ _

4º.Aprovar os regulamentos internos, que não poderão em caso algum contrariar ou ultrapassar o âmbito dos Estatutõs,sob pena de nulidade absoluta ; _ _ _ _ _

5º. Conhecer dos recursos interpostos das deliberações da Direcção ; _ _ _ _ _

6º.Apreciar e providenciar pela rigorosa observância dos Estatutos e Regulamentos legalmente aprovados ; _ _ _ _ _

7º.Admitir associados honorários _ _ _ _ _

ARTIGO 36º.COMPETE AO PRESIDENTE DA MESA :



3/
Café da Manhã

1º. Presidir às sessões da assembleia geral, dirigir os seus trabalhos, conceder e retirar a palavra aos oradores, providenciar pela manutenção da ordem, impedir o emprego de palavras ou atitudes ofensivas e desprestigiantes;

2º. Convocar as sessões das assembleias gerais por sua iniciativa ou a pedido dos associados e, obrigatoriamente, sempre que a Direcção ou o Conselho Fiscal lhas proponham ; - - - - -

3º. Fazer lavrar as actas das sessões e assiná-las com os secretários ; - - - - -

4º. Promover o expediente e executar as deliberações da assembleia geral . - - - - -

ARTIGO. 37º. COMPETE AOS SECRETÁRIOS DA MESA, lavrar e assinar as actas da assembleia geral onde se mencione tudo o que se passe nas respectivas sessões, bem como submeter o expediente à assinatura do presidente. - - - - -

- CAPITULO VI -

- RECEITAS E DESPESAS -

ARTIGO 38º. CONSTITUEM RECEITAS DA ASSOCIAÇÃO :

1º. As joias e cotas dos associados ; - - - - -

2º. As resultantes da venda dos cartões de identidade, estatutos e regulamentos ; - - - - -

3º. Os subsidios e donativos ; - - - - -

4º.As receitas das festas. _ _ _ _ _

ARTIGO.39º.SÃO DESPESAS DA ASSOCIAÇÃO :

1º.A remuneração ao pessoal e o expediente
necessário; _ _ _ _ _

2º.A manutenção e conservação da sede e demais
instalações ; _ _ _ _ _

3º.As respeitantes à realização dos fins empres-
samente consignados ao artigo 2º. _ _ _ _ _

ARTIGO.40º.Os saldos entre as receitas e despesas
serão depositados na Caixa Geral de Depósitos
de forma que nunca fiquem em poder dos membros
dos corpos gerentes ou dos empregados quais-
quer importâncias que não hajam de ser ime-
diatamente pagas em despesas da associação,
de conformidade com os orçamentos aprovados.

- CAPITULO VII -

DISSOLUÇÃO, DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E OUTRAS

ARTIGO.41º.Em caso de dissolução voluntária ou
imposta,proceder-se-á à sua liquidação,des-
tinando-se o saldo e quaisquer bens às ins-
tituições de assistência locais . _ _ _ _ _

ARTIGO.42º.Considerar-se á automaticamente dissol-
vida a associação quando tiver menos de
vinte associados efectivos. _ _ _ _ _

Estes estatutos foram aprovados em Assembleia



9
Repetido

Geral de quatro de Janeiro de mil novecentos
e sessenta.

Antônio Augusto Machado
João Crisóstomo de Jesus
Petrônio Ferraz de Alencar
Manuel Carlos Augusto Costa
José Saverio de Oliveira e Silva
Fernando Teófilo Nascimento
Eduardo de
Antônio Pereira
Antônio da Costa da Silva Monteiro
Venício Costa Fontinha
Antônio Candido Neves
Manoel de Silveira
Francisco Moreira Queiroz
Luís Antônio S. Ferreira
Lúcio Alfredo Rodrigues da Costa
Augusto Costa de Jesus
Manuel Elias de Sá



10

- - -Cópia da acta da Assembleia Geral Extraordinária da Associação Recreativa Cultural " Conjunto Dramático vinte e seis de Janeiro ", realizada aos quatro dias do mês de Janeiro de mil novecentos e sessenta, pelas vinte e duas horas,segundo prévia e legal convocação, reuniu na séde à Rua de Requezende,número cento noventa e quatro, desta cidade, a assembleia geral da Associação Recreativa Cultural " Conjunto Dramático vinte e seis de Janeiro ",sendo esta presidida pelo Senhor Francisco Nogueira e Secretariada pelos Senhores Joaquim Fumega. Neves e José Rodrigues Neves. - - -

- - - Em conformidade com o assunto contido na convocação respectiva esta esta assembleia geral,teve por ordem do dia,a apreciação, leitura,discussão e aprovação do projecto dos estatutos,pelos quais esta colectividade pretende reger-se. - - -

- - - Devidamente verificada a legalidade de funcionamento desta assembleia geral, o Senhor Presidente da Mesa deu inicio aos trabalhos mandando proceder à leitura do citado projecto de estatutos, o que foi effectuado minuciosamente pelo Primeiro Secretário.-

- - - Não tendo havido discussão, nem no decorrer da leitura, nem após esta o Senhor Presidente submeteu à votação o referido projecto de estatutos que foi aprovado por unanimidade.- - -

- - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão pelas vinte e três horas, sendo lavrada a presente acta que vai ser assinada. - - -

- - Porto e Mesa da Assembleia Geral da Associação Recreativa Cultural "Conjunto vinte e seis de Janeiro", quatro de Janeiro de mil novecentos e sessenta.

O Secretário da assembleia geral...

Jaquino Figueira

MA

~~-----~~ a) Dr. Vítor Manuel Lopes Dias ~~-----~~



12

" ALVARÁ Nº. 45 "

----- ELYSIO DE OLIVEIRA ALVES PIMENTA, GOVERNADOR CIVIL DO DISTRITO I
PORTO: -----

----- Vistos os estatutos por que pretende reger-se a associação recreativa e cultural denominada "CONJUNTO DRAMÁTICO 26 DE JANEIRO", com sede na Rua de Requezende, número cento e noventa e quatro, desta cidade; -

----- Visto o parecer do Senhor Secretário deste Governo Civil, a que a minha concordância; -----

----- Considerando que os referidos estatutos se encontram regularmente organizados e as suas disposições se harmonizam com os preceitos legais vigentes; -----

----- Considerando que os mesmos estatutos foram votados e aprovados em assembleia geral de quatro de Janeiro de mil novecentos e sessenta; -----

----- No uso da competência que me confere o número oitavo do artigo quatrocentos e sete do Código Administrativo e o artigo segundo do Decreto

-Lei número trinta e nove mil seiscentos e sessenta, de vinte de Maio

mil novecentos e cinquenta e quatro, APROVO os estatutos do "CONJUNTO DRAMÁTICO 26 DE JANEIRO", que constam de sete capítulos e quarenta e

dois artigos, exarados em nove folhas de papel selado, de tamanho legal de cinco assudos, numeradas e rubricadas pelo Senhor Secretário do

te Governo Civil, com a rubrica *Rafael Sial*, que usa. -----

----- Dado e passado no Governo Civil de Porto, aos doze dias do mês de Abril de mil novecentos e sessenta, depois de em todas as folhas ser posto o respectivo selo branco. -----

----- O GOVERNADOR

O GOVERNADOR CIVIL

Guilherme Corrêa

CONTA:

Fundo de Alienados - Lei de 4-7-889 (art.º 81.)	1\$00
Decreto-Lei 14 027 - Cap. I - nº. 15 - 50% em selo	25\$00
" " " " " " " " - 50% em dinheiro	25\$00
Imposto de Selo - Verba 75 da Tabela de Selo	250\$00
Adicional de 3% - Dec. 14 027	1\$50
Papel selado	20\$00
<i>f-</i> TOTAL	322\$50

(SÃO TREZENTOS E VINTE E DOIS ESCUDOS E CINQUENTA CENTAVOS)

O selo de 25\$00 e o adicional de 3% são destinados ao Livro de Registro de Alvarás; a importância de 25\$00, que constitui receita emolumentar do Estado, deu entrada no Cofo Privativo deste Governo Civil, bem como a importância de 1\$00, destinada ao Fundo de Alienados.

O 29. OFICIAL,

Guilherme Corrêa

para a elaboração dos novos estatutos, assim como o voto do
de respeito ao estabelecimento. Logo de seguida procedeu-se à leitura
e votação do projecto de estatutos, que foi efectuada unânime e
unanimemente pelos membros da comissão. Depois de lido
e unanimemente discutido por todos os presentes, tendo-se por fim
submettido à aprovação, que foi feita por unanimidade. Finalmen-
te, entrou-se na discussão do terceiro ponto da ordem do Trabalho,
onde o Presidente da Mesa dando a palavra ao Presidente da Direcção
expos à Assembleia, detalhadamente, um projecto de obras a
realizar na colectividade, tendo solicitado a formação de uma
comissão de obras para trabalhar paralelamente com a Direcção
existente, que todos os presentes se mostraram muito interessados
na esta discussão, e achando-se muito impasse pela falta de
elementos para constituição da Comissão o Presidente da Mesa
da Assembleia Geral apresentou uma proposta, aprovada por uma
unanimidade, que dizia: Que fosse dada inteira confiança e competência
à Direcção para a criação de uma Comissão de obras, con-
stituída por elementos que a Direcção considerasse de interesse,
deverão esta Comissão apresentar, na devida oportunidade, aos
Associados, em reunião regular, o seu plano de Trabalho
a executar na colectividade. Como não houvesse mais qualquer
assunto a tratar, foi esta Assembleia encerrada pelo Presidente
da Mesa às onze e quarenta minutos do dia vinte e dois
de Maio de mil novecentos e setenta e seis.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral: *Alfonso J. Silva*

O Primeiro Secretário: *Manuel António Figueira*

O Segundo Secretário:

Henrique Moura Bessa

Cota da Assembleia Geral Ordinária

Nos onze de Dezembro de mil novecentos e setenta e seis reu-
niram-se em Assembleia Geral Ordinária os Associados da Associa-
ção Recreativa e Cultural do Conjunto Dramático 26 de Janeiro. Depois de
prestado por todos os presentes um minuto de silêncio em homenagem
a todos os Associados já falecidos, foi dado início à sessão com a

invocatória de que constava a seguinte Ordem de Trabalhos:
1.ª leitura da acta anterior, sua discussão e aprovação;

2.ª apreciação das Contas Correntes;

3.ª Eleição dos Corpos Gerentes para o ano de 1977;

4.ª Assuntos diversos;

Lida a Acta da Assembleia anterior e posta à discussão, do qual não foi objecto, procedeu-se à votação para aprovação, sendo aprovada por unanimidade.

Entrou-se, seguidamente, no segundo ponto da Ordem dos Trabalhos, procedendo-se à leitura das Contas Correntes. Postas à discussão, informou o Presidente da Direcção para esclarecer a Assembleia que, além do saldo positivo apresentado existia, igualmente, um inventário de todo o património existente na Colectividade, onde constava uma forte existência de bebidas que vinha aumentar consideravelmente aquele saldo. Como nenhum dos presentes pretendesse fazer uso da palavra, procedeu-se à votação para aprovação das Contas Correntes, registando-se a aprovação por unanimidade.

De seguida, entrou-se no terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido apresentada uma proposta da Direcção que constava de uma lista dos Corpos Gerentes para o ano de 1977. Procedendo-se à apresentação da lista à Assembleia, seguidamente foi posta à votação para discussão, sendo aprovada por unanimidade. No período da discussão usou somente da palavra o Associado Sr. Eduardo Magalhães que solicitou, por desconhecer alguns nomes, que todos os componentes dessa lista se apresentassem. Procedida a apresentação, seguiu-se a votação da referida lista para aprovação, tendo-se registado uma abstenção e zero votos contra, pelo que os Corpos Gerentes para o ano de 1977 serão os seguintes:

Assembleia Geral

Presidente - Alfredo dos Santos Fontinha

1.º Secretário - Laurentino Faria Rodrigues da Silva

2.º Secretário - Armando Moura Gessa

Direcção

Presidente - Manuel José Ferreira da Silva

Vice-Presidente - Orlando da Silva Barbosa

Tesoureiro - António Fernando Barbosa da Silva

1º Secretário - Fernando José Abadureira

2º Secretário - Francisco Abacedo Neves

Vogais - Fernando Ferreira Alves

- Silvino Alfredo Rodrigues da Costa

- José Figueira Neves

- Armando Joaquim do Vale Machado

Conselho Fiscal

Presidente - Arnaldo Ciriaco Mendonça Rusemberges

Secretário - Manuel da Silva Neves

Relator - Manuel Moreira dos Santos

Por fim, entrou-se no quarto ponto da Ordem do Trabalho começando-se por discutir uma proposta da Direcção de um Regulamento Interno que se confinaria com os Estatutos em vigor. Este assunto que gerou uma forte discussão, com muitas intervenções, apresentações de propostas, foi continuado, sem que existisse qualquer intervenção, depois que foi aprovada, por maioria, uma proposta do Associado Sr. Manuel Joaquim da Silva Oliveira que dizia: "Propor que este Projecto seja aprovado na integra depois de lido totalmente. Procedida à leitura e posto à votação, verificou-se a aprovação por maioria absoluta, do referido Regulamento Interno com a seguinte redacção:

"1. FIMIS

1.1 - Das receitas obtidas pelas diversas festas ou manifestações de carácter cultural, desportivo ou recreativo, não pode ser desviada qualquer verba que não seja para custeio dessas mesmas modalidades ou para despesas ordinárias.

2. CATEGORIA DE ASSOCIADOS E SUA ADMISSÃO

2.1 - Além das categorias de Associados já existentes serão criadas as seguintes:

Efectivos - Maiores - Sexo Feminino

Efectivos - Menores - Sexo Masculino e Feminino

Efectivos - Infantis - Sexo Masculino e Feminino

2.1.1 - Efectivos maiores femininos são os indivíduos com mais de dezoito anos de idade.

2.1.2 - Efectivos menores são os indivíduos de ambos os sexos de idade

inferior a dezoito anos. Passarão à categoria de maiores com todos os direitos e deveres logo que completarem esta idade.

3 - Efectivos infantis são os filhos dos Associados que como tal sejam inscritos pelo pai antes de completarem doze anos.

2 2 - Passarão à categoria de menores logo que completarem esta idade. Os Associados Efectivos do sexo feminino, os Associados Menores e Infantis, de ambos os sexos, são isentos do pagamento de jóia.

1 - As propostas de admissão dos Efectivos do sexo feminino devem ser acompanhadas de autorização, por escrito, de seus maridos, pais ou tutores.

2 2 2 - As propostas de admissão dos Efectivos, Menores e Infantis, devem ser acompanhadas do respectivo Bilhete de Identidade ou de documento autêntico que o substitua e bem assim de autorização, por escrito, de seus pais ou tutores.

2 3 - São isentos do pagamento de cota os sócios Infantis. Os sócios Menores e os Efectivos do sexo feminino pagarão metade da cota estipulada para o sócio Efectivo do sexo masculino.

PENALIDADES

1 - Está sujeito a ser desmitido pela Direcção, perdendo todos os seus direitos o Associado que tiver em dívida três mensalidades e, sendo avisado, não pague, salvo se o facto for motivado por:

1º Ausência temporária e o mesmo tenha, por escrito, prevenido a Direcção;

2º Desemprego;

3º Serviço Militar Obrigatório;

4º Doença prostrada.

2 - São aplicadas aos Associados as seguintes penas disciplinares:

1º Advertência

2º Repreensão registada

3º Suspensão até 180 dias.

4º Expulsão

3 - A aplicação das penas disciplinares previstas no número anterior é da competência da Direcção, exceptuando a pena de expulsão que ser da competência exclusiva da Assembleia Geral.

2 1 - Quando a Direcção considerar qualquer falta cometida por um Associado passível de expulsão este ficará suspenso até à realização da Assembleia

3.4 - Nenhuma sanção será aplicada, excepto a de advertência, sem a organização de um processo disciplinar em que o arguido seja ouvido, verbalmente ou por escrito, durante o prazo que lhe for marcado, que nunca poderá ser inferior a três dias, depois de lhe haver sido entregue a nota de culpa, com pormenorizada concretização das faltas.

3.5 - Quando a Assembleia Geral Extraordinária for convocada para apreciação de sanção aplicada a um Associado, nos termos dos Estatutos em vigor, as despesas só serão suportadas pela Direcção desde que a Assembleia considere indevida a sanção.

3.5.1 - Se a Assembleia Geral confirmar a sanção todas as despesas serão suportadas pelo Associado.

3.5.2 - No caso de a Assembleia Geral ser convocada a requerimento de um grupo de Associados, as despesas para a realização ficarão a cargo dos requerentes, pelo que deverão entregar na Tesouraria da Associação a importância correspondente, no prazo de cinco dias a contar da data do requerimento, sob pena de ser considerado nulo e sem efeito o requerimento da convocatória.

3.6 - Não poderá a Direcção aplicar qualquer pena disciplinar aos membros dos corpos gerentes, pertencendo essa competência à Assembleia Geral.

3.6.1 - Quando a Direcção considerar que um membro dos corpos gerentes tenha praticado uma falta passível de pena disciplinar, deverá elaborar um processo disciplinar que será entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e este decidirá da realização ou não de uma Assembleia Geral Extraordinária para apreciação e resolução do caso.

4 - DOS CORPOS GERENTES

4.1 - A Direcção é constituída por nove elementos: um Presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro, um 1º Secretário, um 2º Secretário e quatro vogais.

4.2 - A Direcção reunirá ordinariamente uma vez por semana, de que lavrará a respectiva Acta. Pode, contudo, reunir extraordinariamente sempre que o entender.

4.2.1 - Quando a Direcção estiver em minoria e não puder reunir por demissão ou abandono da maioria, cessam as suas funções directivas, devendo comunicar o facto imediatamente ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, este fazer convocar uma Assembleia Geral Extraordinária, a fim de eleger nova Direcção, que exercerá funções até final do ano.

5 ELEIÇÕES

- 5.1 - A eleição dos corpos gerentes da Associação será feita por escrutínio secreto pela maioria de votos dos Associados no pleno gozo dos seus direitos.
- 5.1.1 - A votação será por meio de lista a qual deverá conter o nome de todos os corpos gerentes, Mesa da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal.
- 5.1.2 - Excepcionalmente a eleição dos corpos gerentes poderá ser feita por aclamação ou acitação maioritária dos Associados presentes em Assembleia Geral.

6 DISSOLUÇÃO

- 6.1 - A Associação não poderá dissolver-se por falta absoluta de receitas e quando os Associados se recusarem a retirar e depois de esgotados todos os recursos financeiros ordinários.
- 6.1.1 - A dissolução só se tornará efectiva depois da maioria dos Associados a ter votado em Assembleia Geral expressamente invocada para esse fim.
- 6.2 - Em caso de dissolução, a respectiva Assembleia Geral nomeará uma Comissão liquidatária composta por cinco Associados.
- 6.2.1 - Havendo bens serão estes vendidos em leilão pela Comissão liquidatária e depois de pagar a todos os credores o excedente será entregue a uma ou mais Casas de Caridade, da cidade do Porto, indicadas pela mesma Assembleia Geral.
- 6.3 - O presente Regulamento Interno, que se confina nos Estatutos actualmente em vigor, não poderá ser alterado em Assembleia Geral e caducará quando forem aprovados novos Estatutos."

Seguidamente, foi apresentada uma proposta da Direcção com o seguinte teor: "Os horários de funcionamento da Associação serão sempre marcados pela Direcção e colocados no Quadro para que todos os Associados deles tenham conhecimento."

"As diversas Secções existentes na Associação estarão sempre debaixo do controlo da Direcção, por esta ser a única responsável e órgão executivo criada pela Assembleia Geral e que em todos os casos responderá e salvaguardará os interesses da Colectiva."

Esta proposta posta à discussão, aceite por unanimidade, e não havendo nenhum dos presentes que pretendesse usar da palavra acerca da mesma procedeu-se à sua votação, registando-se a sua aprovação por unanimidade.